Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na BM&F Bovespa. A sede social da empresa está localizada na cidade de São Paulo-SP. A Companhia não possui sociedades controladoras diretas ou indiretas, sendo controlada pelos Srs. David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Sra. Fanny Feffer.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações contábeis em 25 de março de 2014.

2.2. Normas publicadas ainda não vigentes

As seguintes normas, interpretações e alterações de normas emitidas pelo IASB e/ou pelo CPC não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

IFRIC 21 Taxações, consiste em uma interpretação do IAS 37 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, classifica as taxas exigidas pelo Governo por meio de legislação, esclarece sobre os eventos que dão origem à responsabilidade de pagamento e o momento em que a obrigação deve ser reconhecida. Essa interpretação é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2014.

Até 31 de dezembro de 2013, o CPC ainda não havia emitido pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a norma IFRS 9 — Instrumentos Financeiros, que visa simplificar o modelo de mensuração e estabelece duas categorias principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo, a determinação é realizada no reconhecimento inicial e a base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

dos instrumentos financeiros. O IFRS 9 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas, interpretações e/ou alterações de normas que a Companhia espera que possa gerar impacto relevante decorrente da aplicação em suas demonstrações contábeis.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios;

b) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação;

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado";

d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subseqüente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o *hedge accounting* previsto nos CPC's nº 38,39 e 40.

<u>Ativos financeiros:</u> São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- b) Ativos financeiros disponíveis para venda: os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como empréstimos e contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas resultantes de ativo financeiro disponível para venda devem ser reconhecidos como outros resultados abrangentes.

A Companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de Empréstimos (concedidos) e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Passivos Financeiros: São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
- b) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

e) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda – calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses. Contribuição social – calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado;

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

f) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável;

g) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes;

h) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente;

i) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 — Demonstração do Fluxo de Caixa. Os dividendos e os juros sobre capital próprio recebidos pela Companhia são classificados como fluxo de caixa de atividades operacionais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

j) <u>Demonstrações do valor adicionado ("DVA")</u>

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

k) Lucro por ação

Na Companhia, o lucro por ação é apresentado com base no resultado do exercício apurado nas demonstrações contábeis e na média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.13	31.12.12
Aplicações financeiras	276	364
	Exercícios	findos em
	Exercícios 31.12.13	findos em 31.12.12

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras em certificado de depósito bancário ("CDB") e debêntures compromissadas com liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2013, estas aplicações eram remuneradas a taxa média de 100,29% (100,25%, em 31 de dezembro de 2012) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Partes relacionadas

A Companhia possui adiantamento para futuro aumento de capital recebido dos acionistas controladores, registrado no passivo não circulante no montante de R\$ 1.458.

A Companhia tem registrado em seu passivo circulante o montante de R\$ 19 em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 59 em 31 de dezembro de 2012, relativo aos dividendos mínimos obrigatórios propostos aos seus acionistas.

A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria nos exercícios de 2013 e 2012, uma vez que a remuneração é suportada por outras

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram a Conselho de Administração e/ou a Diretoria.

6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31.12.13	31.12.12
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	116	321
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(39)	(109)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	-	20
Créditos fiscais não constituídos sobre prejuízos fiscais do exercício	(20)	-
Outras exclusões (reversão de provisão e receita de dividendos)	26	15
	(34)	(74)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(34)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(34)	(40)
	(34)	(74)
Alíquota efetiva	29,31%	23,05%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial referente ao valor justo dos instrumentos financeiros mantidos para venda foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados nas demonstrações do resultado abrangente.

b) Regime tributário de transição (RTT)

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o RTT e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes do Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, bem como o tratamento tributário e ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL a partir do lucro apurado conforme os métodos e critérios introduzidos pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015, com possibilidade de adoção antecipada a partir de 2014. A Companhia avaliou os efeitos da aplicação

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

dessa nova norma, concluiu preliminarmente que a sua adoção resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações contábeis e aguarda a conversão desta em Lei para decisão quanto a adoção antecipada.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31.12.13	31.12.12
Imposto de renda		
Créditos sobre prejuízos fiscais	614	
Créditos sobre diferenças temporárias	4	
	618	
Contribuição social		
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	221	
Créditos sobre diferenças temporárias	11_	
	222	-
Total ativo	840	
		1
Imposto de renda		
Correção de depósito judicial	133	104
Atualização dos ativos financeiros disponíveis para venda	2.047	1.704
•	2.180	1.808
Contribuição social		
Correção de depósito judicial	48	38
Atualização dos ativos financeiros disponíveis para venda	736	613
	784	651
Total passivo	2.964	2.459
Total líquido passivo não circulante	2.124	2.459

d) Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 31 de dezembro de 2013, totalizaram R\$ 3.754 e R\$ 6.896 respectivamente (R\$ 3.695 e R\$ 6.837 em 2012).

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

7. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários encontram-se substancialmente representados por ações das empresas Suzano Papel e Celulose S.A e Suzano Holding S.A, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data do balanço.

Os eventuais ganhos e perdas são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

	Quant. Ações PN	31.12.13	31.12.12
Suzano Papel e Celulose S.A	643.450	5.945	4.517
Suzano Holding S.A	267.786	5.246	5.302
		11.191	9.819

8. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, não diferem significativamente, do seu valor justo.

Os títulos e valores mobiliários nas empresas Suzano Papel e Celulose S.A e Suzano Holding S.A. são classificados como disponíveis para venda e são avaliados pelo seu valor justo. No período não ocorreram movimentações de compra e venda desses investimentos.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos que requeiram divulgações em conformidade com o CPC 38, 39 e 40.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda é obtido através de preço de mercado cotado em mercados ativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	31.12.13		31.12.12	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	276	276	364	364
Ativos financeiros disponíveis para venda	11.191	11.191	9.819	9.819

Gestão do Capital

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de capital, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

9. Contingências

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, por períodos variáveis de tempo, com referência aos tributos federais, estaduais, municipais e contribuições trabalhistas.

Tributação de ganho de capital na alienação de investimento – Auto de Infração.

Em dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Receita Federal, que desconsiderou a redução de capital efetuada em 2007 para entregar aos seus acionistas as ações da Suzano Petroquímica S.A, em seu poder, como forma de viabilizar a alienação de referidas ações diretamente pelos acionistas à Petrobras. A Receita Federal considerou que a venda das Ações SZPQ teria sido feita pela pessoa jurídica. O valor do auto de infração foi de R\$ 3.880. A Companhia já fez um depósito judicial no valor atualizado de R\$ 2.223. O auto está sendo discutido administrativamente.

Nenhum valor foi provisionado pela Companhia face à probabilidade de desfecho desfavorável não ser considerada como provável na opinião dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social é composto de 74.000 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. O estatuto social estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como disponíveis para venda, avaliados pelo seu valor justo, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, está demonstrado abaixo:

Dividendos

	31.12.13	31.12.12
Lucro líquido do exercício Reserva legal	82 (5)	247 (12)
	77	235
Dividendo mínimo obrigatório proposto - 25%	19	59
Dividendos propostos	19	59

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11. Lucro por ação

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

	31.12.13	31.12.12
Lucro atribuível aos acionistas Quantidade média das ações	82	247
ponderadas no exercício	74.000	74.000
Lucro básico por ação	1,10811	3,33784

A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

12. Resultado financeiro, líquido

	31.12.13	31.12.12
Despesas financeiras		
Despesas com administração de ações	(5)	(5)
Receitas financeiras		
Atualizações monetárias	144	125
Rendimentos das aplicações financeiras	25	32
Resultado financeiro líquido	164	152